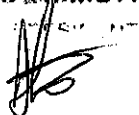
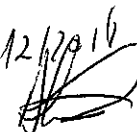


**APROVADO POR
UNANIMIDADE**



ATA N.º 05/2018

20/12/2018


Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, com início às vinte e uma horas, foi realizada na sala de sessões da Junta e Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro, a reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de setembro, com a presença dos seguintes elementos:

PS – Partido Socialista

António Miguel de Castro Fernandes
Tatiana Alexandra Lopes da Cunha
Valdemar Soares de Lima
Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva
Esperança Raquel Soares Vieira
Rui Pedro Fernandes Teixeira
Eduardo Jorge Magalhães Cardoso
Ana Filipa Pedrosa de Almeida
Hugo José Machado de Oliveira

Coligação PSD/PP – Gaia de Novo

Joaquim Augusto Ferreira da Silva
Vítor Salomão de Oliveira Martins

BE – Bloco de Esquerda

Vítor Manuel de Oliveira Barros

CDU – Coligação Democrática Unitária

Artur José Bastos Oliveira

Em representação da Junta de Freguesia

Dário Soares Freitas da Silva
Francisco Manuel Teixeira Ferraz
Abílio Fernando da Silva Ferreira
Lara Filipa Queirós Cardoso
Henrique Ribeiro Barros

Presidiu a esta Assembleia o Sr. António Miguel de Castro Fernandes, sendo secretariado pela Sr.ª Tatiana Alexandra Lopes da Cunha e pelo Sr. Hugo José Machado de Oliveira.-----

Sr. António Miguel de Castro Fernandes, Presidente da Mesa – Cumprimentou todos os presentes e informou que o Sr. Valdemar Soares de Lima, 2º Secretário, estava ausente por motivo de atraso, mas que iria comparecer à reunião, pelo que pediu a sua substituição pelo representante do PS, Sr. Hugo José Machado de Oliveira, tendo de seguida dado início à reunião da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de setembro. -----

Sr. Presidente da Mesa – Procedeu à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos, conforme constava do edital de 18 de setembro de 2018 (**doc. 1 que se anexa apenas no original**), que eram os seguintes:

1. Período de Intervenção Aberto ao Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Período da Ordem do Dia.
 - 3.1. – Discussão e Votação da 2ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2018.
 - 3.2. – Apreciação e Votação das Atas: Ata N.º 02/2018; Ata N.º 03/2018; e Ata n.º 04/2018.
 - 3.3. – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Junta.

Sr. Presidente da Mesa – Leu o pedido de substituição apresentado à mesa:

PS – Partido Socialista – Pedindo a substituição do Sr. Daniel Freitas Pereira pelo Sr. Eduardo Jorge Magalhães Cardoso (**doc. 2 que se anexa apenas no original**).-----

Ponto 1 – Período de Intervenção Aberto ao Público.

Não existiram inscrições do público para participação no período de intervenção nos termos regimentais.-----

Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou uma Proposta de Deliberação “Não-aceitação de novas competências previstas na Lei 50/2018” (**doc. 3 que se anexa apenas no original**), tendo procedido à sua leitura. Não dispondo de mais tempo de intervenção, apresentou à mesa e foi entregue uma fotocópia a cada membro da Assembleia de Freguesia, uma Moção sobre a luta dos Professores e Educadores (**doc. 4 que se anexa apenas no original**).-----

Sr. Vítor Barros (BE) – Cumprimentou todos os presentes e de seguida apresentou e procedeu à leitura de dois pedidos de esclarecimento: Pedido de esclarecimento “Para quando a requalificação do campo do Atlético Clube de Gervide?” (**doc. 5 que se anexa apenas no original**) e Pedido de Esclarecimento “Habitação Penhorada/Deficiente sem Mobilidade” (**doc. 6 que se anexa apenas no original**).-----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes e disse que tinha um Requerimento e um Voto de Louvor para apresentar. De seguida, entregou à mesa o Requerimento (**doc. 7 que se anexa apenas no original**), referindo que não era necessário proceder à sua leitura, que o assunto era sobre o pedido de Atas e que se destinava a ser entregue à Junta de Freguesia. Continuou procedendo à leitura do Voto de Louvor – “Aos Atletas Sandro Baessa e Sandra Silva pelos recentes títulos conquistados ao serviço da Seleção Nacional” (**doc. 8 que se anexa apenas no original**).-----

Sr. Vítor Martins (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou uma Moção “Reabilitação dos Lavadouros da Freguesia” (**doc. 9 que se anexa apenas no original**).-----

Sr. Eduardo Cardoso (PS) – Cumprimentou todos os presentes e de seguida apresentou e procedeu à leitura de um Voto de Congratulação aos Atletas desta Freguesia que se destacaram nos Campeonatos do Mundo (**doc. 10 que se anexa apenas no original**).-----

Sr. Presidente da Mesa – Constatou que foram apresentados dois Votos no mesmo sentido, homenageando os mesmos Atletas, pelo que propôs a apresentação de um Voto de Louvor conjunto da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro, tendo, de seguida, reunido a concordância de todas as forças partidárias representadas na Assembleia de Freguesia (**doc. 11 que se anexa apenas no original**). De seguida, todas as forças partidárias representadas na Assembleia de Freguesia manifestaram a sua concordância no proposto, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Sr. Rui Teixeira (PS) – Cumprimentou todos os presentes e referiu duas notas sobre o que tinha sido apresentado. A primeira acerca da Moção sobre a luta dos Professores e Educadores, apresentada pela CDU, dizendo que o órgão deliberativo da Freguesia de Oliveira do Douro não era o local próprio para aprovar uma moção contendo recomendações ao Governo sobre um assunto de âmbito nacional, conforme constava do ponto dois do documento apresentado. Sobre a Proposta de Deliberação “Não-aceitação de novas competências previstas na Lei 50/2018”, também apresentada pela CDU, esclareceu que a Assembleia Municipal se tinha pronunciado no dia vinte, uma vez que aguardava a apresentação da proposta de deliberação da Câmara Municipal, tendo esta sido votada na referida data. Acrescentou, ainda, que discordava com a referência expressa no documento apresentado pela CDU, de que no processo de descentralização “ (...) as Freguesias continuam a ser minorizadas e desprezadas pelo Governo (...) ”, afirmando que o processo de descentralização em curso tinha falhas mas que as Freguesias não eram minorizadas nem desprezadas pelo Governo. Referiu que este processo de descentralização marcava um momento histórico em quarenta anos de democracia e era a prova da vontade que existia no sentido de descentralizar o país e a administração central. Na segunda nota, sobre o Voto de Louvor aos Atletas da Academia de Atletismo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro, manifestou que iriam votar a favor do Voto de Louvor conjunto apresentado pela Assembleia de Freguesia. Prosseguiu, dizendo que iria destacar três assuntos que tinham sido anunciados. Em primeiro lugar, saudar a notícia anunciada no dia anterior, sobre a ampliação do Parque da Lavandeira, por questões ambientais e por ser um espaço muito utilizado pelas famílias para lazer, com um investimento de dois milhões e meio de euros. Disse que a ampliação do referido parque seria feita com a aquisição da Quinta da Lavandeira, duplicando o espaço, ou seja, um aumento de cinco mil metros quadrados do

Parque da Lavandeira. De seguida, destacou a importância da preservação das espécies botânicas e da estufa de ferro, por ser uma das duas únicas estufas de ferro na Península Ibérica, estilo neogótico, mandada construir pelo Conde Silva Monteiro no século XIX, sendo um marco da arquitetura na Freguesia e no Concelho. Em segundo lugar, saudou a Junta de Freguesia pela realização do Conselho Municipal da Juventude, no passado dia dezanove de setembro, referiu a presença do Sr. Vereador da Juventude no evento e em visita às Associações e Coletividades da Freguesia, tendo o Sr. Vereador anunciado que a Freguesia de Oliveira do Douro estava muito bem posicionada entre as freguesias que podiam vir a receber o Centro Europeu de Juventude que será instalado em Vila Nova de Gaia, no caminho que a Câmara Municipal pretendia percorrer até à Capital Europeia da Juventude em 2024. Em terceiro lugar, destacou a aquisição de duas parcelas de terrenos contíguos à sede da Junta de Freguesia. Frisou que era uma aquisição muito importante, por ser um espaço central na Freguesia, que permitia uma nova centralidade e uma visão estratégica a longo prazo da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Acrescentou que a aquisição era um investimento que aproveitava a oportunidade, estando criadas as circunstâncias para a instalação de um Centro Cívico para a Freguesia. Concluiu saudando a iniciativa do Executivo da Junta de Freguesia que anunciou a abertura e a possibilidade de debate e reflexão com todos os oliveirenses, para que todos pudessem contribuir com ideias para a construção do centro cívico. Ainda sobre a aquisição dos terrenos e construção do centro cívico, referiu que após a notícia ser anunciada surgiram as habituais críticas, comunicados e fotografias, e sobre estes comentários deixou dois conselhos à oposição. Em primeiro lugar, disse que o documento publicado, que foi levado à reunião de Câmara, referia que ao longo das últimas duas décadas, durante os mandatos liderados pela coligação PSD/CDS, foram feitos investimentos de vulto em Oliveira do Douro, tendo sido indicados alguns exemplos, dos quais destacou o Parque da Lavandeira e o Centro Escolar Manuel António Pina. Neste contexto, deixou o primeiro conselho, dizendo que a oposição se devia referir a obras e não a investimentos, por serem duas obras muito importantes para Oliveira do Douro. Por outro lado, disse que o investimento tinha vindo mais tarde, uma vez que até há muito pouco tempo ainda estava a ser pago o Parque da Lavandeira e o Centro Escolar Manuel António Pina, com os processos judiciais e as indemnizações a pagar por parte da Câmara Municipal, porque foram feitas as obras e não foi feito o investimento. Em segundo lugar, a oposição refere a construção do centro cívico como um processo interessante mas cuja necessidade era relativa, tendo em conta outras carências e questionando se o investimento era prioritário para Oliveira do Douro, pelo que, de seguida, enumeraram onze ruas e três ou quatro lugares que entendiam precisar de reabilitação. Neste contexto, terminou, referindo o segundo conselho, para que quando tomassem conhecimento de uma notícia ou novidade que iria acontecer na Freguesia, deveriam parar e não pensar de imediato em betuminoso, nem em buracos, para pudessem refletir verdadeiramente sobre a notícia anunciada. -----

Sr. Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva (PS) – Cumprimentou todos os presentes, pediu esclarecimento sobre a intervenção na Rua Sidónio Pais, uma vez que tinha sido anunciada a reabilitação da referida rua em três fases e que a primeira fase já tinha sido concluída há algum tempo. De seguida, expôs a situação de estacionamento em frente ao Colégio do Sardão, passando a explicar que, no local, laborava uma oficina que ocupa os espaços e, apesar de existir uma faixa assinalada para recolha e entrega dos alunos, os pais e encarregados de educação não o conseguiam fazer em condições de segurança, formando-se muitas vezes até três filas de automóveis, pondo em risco a segurança dos alunos e pessoas no local. Sobre o exposto, pediu ao Sr. Presidente da Junta que, com o seu poder institucional, solicitasse junto da PSP uma intervenção e fiscalização do estacionamento, em especial, fora das horas de recolha dos alunos, podendo, desta forma, constatar que não eram pais que se encontravam estacionados nos locais destinados à recolha e entrega de alunos, mas sim outros veículos. Para terminar, sobre a intervenção feita do Sr. Representante do PSD, disse que, naturalmente, não frequentava os tanques da Freguesia, pelo que pediu ao executivo que esclarecesse e informasse sobre o estado dos tanques na Freguesia, para que pudesse tirar conclusões. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra para dizer que os eleitos pelo PSD não precisavam de conselhos e disse que o Sr. Representante do PS não devia conhecer o estado da Rua Espiridião de Sousa, nem da Rua do Areinho. Sobre o Centro Cívico, esclareceu que eram a favor e que tinha estado presente na Reunião de Câmara, na qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha afirmado que ainda não sabia o que ia ser colocado no local. De seguida, reafirmou que havia prioridades na Freguesia e que não consideravam o Centro Cívico como uma prioridade. Terminou indicando o estado das ruas na Freguesia como uma prioridade. -----

Sr. Presidente da Junta – Cumprimentou todos os presentes e respondeu às questões colocadas. No contexto da intervenção sobre a descentralização, feita pelo Sr. Representante da CDU, disse que todos tinham a ideia que o PC era um partido organizado e falava a uma voz, não se compreendendo, por isso, a referida intervenção, uma vez que os representantes da CDU não se manifestaram nem votaram contra no Conselho da ANAFRE. De seguida, informou sobre várias reuniões em que tinha participado, enquanto membro do Conselho Diretivo da ANAFRE, e que o documento ainda não estava concluído, tendo sido enviadas propostas, pela ANAFRE, para aperfeiçoamento. Explicou que, no caso concreto das Juntas de Freguesias, as alterações não eram assim tão significativas que impedissem um sentido positivo das Freguesias, uma vez que as competências expressas na nova lei iriam ser sensivelmente as mesmas que já estavam consagradas na lei em vigor, pelo que não faria sentido votar contra. Afirmou que as Juntas de Freguesia iriam ser beneficiadas. Passou a explicar que, atualmente, a renegociação dos Acordos de Execução era um processo extremamente difícil e moroso, inclusive com submissão e aprovação ao Tribunal de Contas. Continuou, referindo que, com a nova lei de descentralização, independentemente de poderem vir a ser discutidos novamente os valores, a ANAFRE conseguiu garantir que a base de negociação nunca podia ser inferior à atual e que, a partir de 2019, haverá independência financeira das Juntas de Freguesia, porque será a DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) a transferir os valores acordados entre os Municípios e as Juntas de Freguesia. Manifestou a sua opinião, no sentido de que só por este facto já tinha valido a nova lei da descentralização. Acrescentou, ainda, que a nova lei das finanças locais refletia um benefício e aumento para as Freguesias, não sendo, tudo mau, conforme expressava o documento apresentado pelo Sr. Representante da CDU, no qual não se revia, porque era destruidor da proposta e, não se compreendia porque era em sentido oposto ao expresso pelos representantes da CDU na ANAFRE. Continuou, dizendo que o domínio municipal e o domínio da freguesia eram diferentes e que fazendo um balanço e ponderação, seguramente que as freguesias tinham beneficiado com o novo diploma. Terminou, dizendo que todos deram o seu contributo, inclusive Oliveira do Douro, através da sua pessoa no Conselho Diretivo da ANAFRE, apresentando propostas, tendo, algumas delas sido acolhidas e que todos os partidos políticos fizeram reparos, CDU, PS, PSD e PP, mas nenhum esteve contra. Relativamente à questão apresentada pelo Sr. Representante do BE, sobre a associação Atlético Clube de Gervide, esclareceu que esta associação se encontrava na situação que estava por culpa própria. De seguida, informou que tinha havido um litígio em tribunal entre o proprietário do terreno e o Atlético Clube de Gervide, tendo a referida associação ganho a questão, no entanto, não a tendo resolvido juridicamente no devido tempo, perdeu o campo, sendo, por isso, responsabilidade dos anteriores dirigentes. Frisou que, apesar de tudo, o Atlético Clube de Gervide não estava sem campo, nem estava prejudicado porque treinava no campo municipal, que era partilhado por várias coletividades, mediante o pagamento de um valor simbólico. Acrescentou que o Campo de S. Tiago iria contribuir para uma melhoria das circunstâncias, sendo mais um equipamento disponível para treino, uma vez que o referido campo irá ser transformado em dois campos de futebol de sete, destinados, na perspetiva do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aos clubes de Vila Nova de Gaia. Informou que, no ano anterior, foi realizada uma reunião, na qual esteve presente, entre o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, a Direção do Atlético Clube de Gervide e os proprietários do terreno, com o objetivo de ser encontrada uma solução de equilíbrio para ambas as partes, de forma a beneficiar os proprietários e, em simultâneo, recuperar o campo para a associação. Terminou este assunto, expressando que, da sua parte, tinha havido um trabalho de sensibilização para que o Atlético Clube de Gervide possa recuperar o espaço para prosseguir com a sua atividade desportiva. Quanto à questão da habitação na Travessa da Herdade, também apresentada pelo Sr. Representante do BE, informou que fazia, semanalmente, atendimentos na Junta de Freguesia e que as questões mais colocadas eram sobre habitação social. De seguida, explicou e enumerou os vários motivos e circunstâncias que levavam os cidadãos a procurar habitação social e que a solução era sempre apontada no mesmo sentido, ou seja, que a Gaiurb tinha que dar uma casa. Frisou que a Gaiurb não tinha capacidade para dar resposta a todos os pedidos e solicitações e que a habitação social existente tinha sido construída no tempo do mandato do Dr. Filipe Menezes, ao abrigo do Programa PER, tendo sido construídas, na época, habitações sociais por todas as freguesias. Acrescentou que, posteriormente, não tinham sido construídas novas habitações sociais, mas que existiam outros projetos no âmbito do apoio à habitação, nomeadamente o Programa Arco Íris, como sendo outras respostas diferentes da habitação social. Constatou que as casas de habitação social estavam todas ocupadas e que apenas ficavam devolutas e disponíveis para nova entrega por motivo de despejo ou falecimento, pelo que, não havendo habitação social para dar resposta às necessidades, a lista de espera estava sempre a aumentar. De seguida,

elogiou o facto de, atualmente, a referida lista de espera ser uma lista pública, permitindo, desta forma, a sua consulta, bem como o pedido de esclarecimentos, tornando o procedimento de atribuição e entrega de habitação social mais transparente. Acrescentou que a Junta de Freguesia estava a acompanhar o problema de habitação social e que dispunha de um conjunto de medidas no âmbito do PMES (Plano Municipal de Emergência Social), disponibilizadas pela Câmara Municipal, através da atribuição de uma verba anual para o efeito. Passou a explicar sobre a forma de implementação das medidas do referido Plano Municipal, enumerando o tipo de despesas apoiadas, bem como todo o procedimento de atribuição da verba, tal como o registo na Plataforma Municipal, a emissão do cheque diretamente à entidade ou empresa, com o valor exato da necessidade apoiada e, por fim, a prestação das contas à Câmara Municipal. Sobre os lavadouros da Freguesia, disse que o Sr. Representante do PSD não conseguia distinguir limpeza de arranjo dos lavadouros e frisou que eram coisas bem distintas. Informou que os tanques eram limpos todas as semanas e que as pessoas lavavam em água limpa. Acrescentou que, na sua opinião, a Freguesia não tinha nenhum tanque com um valor patrimonial e histórico de destaque, no entanto, reconhecia a importância dos tanques num certo contexto e numa determinada época. Referiu que devia ser analisada e questionada a pertinência dos tanques, uma vez que eram usados por um número muito reduzido de pessoas e porque os tanques eram abastecidos por água de nascente, estando, atualmente e na sua maioria, a secar. Indicou que a solução provisória da Junta foi introduzir água da rede pública para abastecimento dos tanques, tendo dado como exemplo os lavadouros do Freixeiro e do Areinho, no entanto destacou que não era uma solução viável nem aceitável ao nível financeiro e ecológico/ambiental. Frisou que os lavadouros não foram recuperados nem pintados de novo, mas que esse facto não era impeditivo do seu uso. Concluiu o assunto, afirmando que era pretensão do executivo pintar os lavadouros, no entanto, ponderavam as questões de custo financeiro e ecológico/ambiental da sua manutenção e reabilitação. Por fim, lançou o desafio ao Sr. Representante do PSD, para que apresentasse soluções ponderadas e refletidas para as questões financeiras e para o problema da falta de água. Sobre a intervenção do PS, agradeceu as palavras do Sr. Representante Rui Teixeira, disse que se associava ao Voto de Louvor apresentado, tendo elogiado o trabalho desenvolvido pela Academia de Atletismo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro e que sempre contaram com o apoio logístico e financeiro da Junta de Freguesia. Sobre o Parque da Lavandeira, também agradeceu as palavras do Sr. Representante do PS, felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pela medida extraordinária de ampliação do Parque da Lavandeira, tendo salientado que a notícia foi anunciada naquela semana, durante a qual estavam a ser discutidas questões de sustentabilidade ambiental. Sobre a intervenção dos Sr.s Representantes do PSD disse que o estado das ruas era um assunto importante, mas que existiam outros assuntos e prioridades também importantes e relevantes. Acrescentou que não podiam ser nem demagogos nem populistas, não podiam em simultâneo elogiar uma medida e estarem sempre contra. Quanto à questão da aquisição dos terrenos contíguos à Junta de Freguesia, disse que, na gestão de uma autarquia, havia decisões que eram de momento, ou se decidia ou se perdia a oportunidade. De seguida, referiu que os dois terrenos estavam à venda há muito tempo e que a conjuntura era ideal porque havia muita procura sobretudo numa freguesia que tinha os equipamentos construídos e investimento feito. Explicou que a Junta foi solicitada, várias vezes, para saber da possibilidade da venda dos terrenos em causa e do terreno da Junta de Freguesia, para instalação de uma superfície comercial, pelo que houve necessidade de intervir e tomar decisões, intercedendo junto do Sr. Presidente da Câmara para que fossem adquiridos os terrenos. Destacou que, apesar de não ter sido planificado nem previsto no início do mandato, era uma questão de oportunidade. Disse que a aquisição dos terrenos em causa era a solução para o problema e necessidade de alargamento do cemitério, sendo, ainda, a sua localização extraordinária e adequada para a construção de um Centro Cívico para a Freguesia, devido à centralidade e proximidade dos vários serviços no local, apontando como exemplo, entre outros, o Centro de Saúde, a PSP e a Igreja Paroquial. Informou sobre o processo de aquisição dos terrenos, tendo dito que o Sr. Presidente da Câmara tinha sido sensível ao assunto, que tinha sido concedida alguma liberdade de negociação à Junta de Freguesia, tendo como limitação os valores de avaliação dos terrenos e concluiu que essa liberdade tinha sido muito bem gerida pela Junta de Freguesia. Reforçou que tinha sido um momento de oportunidade e referiu que o projeto carecia de estudo e planificação, podendo não ser, por isso, uma obra para o seu mandato. Destacou que o mais importante era que fossem tomadas as melhores decisões para o interesse da Freguesia. Terminou o assunto dizendo que esperavam a participação cívica das pessoas, dando contributos para a planificação do projeto. Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva,

representante do PS, sobre a Rua Sidónio Pais, afirmou que a obra estava adjudicada, que a empresa estava com outras obras em curso no concelho e que, por isso, ainda não tinha disponibilizado pessoal para fazerem a obra. Referiu que, depois de questionada a empresa adjudicatária, informaram que a obra avançava até ao final do ano. Quanto à questão do estacionamento na rua do Colégio do Sardão, disse que partilhava da mesma preocupação e que iria dar conhecimento à PSP. -----

Sr. Presidente da Mesa – Informou que, durante aquela semana, estavam a ser discutidas questões ambientais integradas no Fórum Internacional GAIA TODO UM MUNDO 2018 – Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Água. Neste contexto, partilhou algumas reflexões, sobre a utilização da água, proferidas por um orador israelita. Disse que, dentro de aproximadamente trinta anos, quarenta a cinquenta por cento do planeta estava em seca e que este facto já se verificava no sul do nosso país. Disse, ainda, que tinha sido destacada a importância do processo educativo na utilização e valorização da água porque a água tinha um valor, não era um bem adquirido. -----

Sr. Vítor Martins (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra para fazer dois reparos. O primeiro sobre as fotografias entregues à mesa da Assembleia, dizendo que uma imagem valia mais do que mil palavras. Passou para o segundo, dizendo que concordava com alguns investimentos feitos pela Câmara Municipal na Freguesia mas, gostaria de lembrar, que a Junta de Freguesia tinha um grande compromisso, desde há 10 anos, com a Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, do qual existia uma dívida de valor elevado. Concluiu, referindo que a Junta de Freguesia, antes de pensar em investimentos futuros, devia pensar em liquidar as dívidas anteriores. -----

Sr. Presidente da Junta – Respondeu dizendo que, quanto à questão dos lavadouros, reafirmava tudo o que tinha dito. Quanto à questão da Associação Oliveirense, referiu que o Protocolo tinha sido feito num devido tempo, numa certa e determinada conjuntura e que, por isso, no momento, não se sentia responsável. Terminou referindo que o Sr. Representante do PSD tinha conhecimento, tal como ele próprio, do historial que tinha resultado. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação os seguintes documentos:

- **Uma Proposta de deliberação “Não-aceitação de novas competências previstas na Lei 50/2018”, apresentada pela CDU, a qual foi Rejeitada por Maioria, com 11 (onze) Votos Contra, 9 (nove) votos do PS e 2 (dois) votos da Coligação PSD/PP, 1 (uma) Abstenção do BE e 1 (um) Voto a Favor da CDU.** -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra para solicitar uma pausa/interrupção de cinco minutos para que os dois Representantes pudessem discutir o assunto do próximo documento a colocar a votação. -----

Sr. Presidente da Mesa – Informou que iria ser feita uma pausa/interrupção nos trabalhos, de cinco minutos, a pedido do Sr. Representante do PSD. -----

Decorrido o tempo solicitado, retomaram os trabalhos e colocou à votação os seguintes documentos:

- **Moção sobre a luta dos Professores e Educadores, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária, a qual foi Rejeitada por Maioria, com 9 (nove) Votos Contra do PS, 2 (duas) Abstenções do PSD e 2 (dois) Votos a Favor do BE e CDU.** -----

- **Voto de Louvor aos Atletas Sandro Baessa e Sandra Silva, apresentado pela Assembleia de Freguesia, o qual foi Aprovado por Unanimidade.** -----

- **Moção sobre “Reabilitação dos Lavadouros da Freguesia”, apresentada pela Coligação Gaia de Novo (PSD/PP), a qual foi Rejeitada por Maioria, com 9 (nove) Votos Contra do PS, 2 (duas) Abstenções do BE e CDU e 2 (dois) Votos a Favor da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP).** -----

Ponto 3 – Período da Ordem do Dia.

Ponto 3.1 – Discussão e Votação da 2ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2018. (doc. 12 que se anexa apenas no original)

Sr. Presidente da Junta – Informou que a Revisão Orçamental era um procedimento que tinha que ser feito devido à assinatura dos Protocolos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, tendo explicado que as verbas recebidas eram afetadas às respetivas rúbricas do orçamento. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Cumprimentou, novamente, todos os presentes e pediu os seguintes esclarecimentos: sobre a rúbrica Estudos e Projetos, a que se destinava o acréscimo de doze mil e quinhentos euros; sobre a rúbrica Passeio Convívio, qual o motivo para o acréscimo de sete mil e quinhentos euros, se estava mal orçamentado ou se tinha havido alterações no planificado; na rúbrica Edifício Sede, quais as obras a realizar com o aumento de quinze mil euros; e, por fim, na rúbrica Outras Intervenções Arruamentos e Obras Complementares, quais os arruamentos previstos para arranjo com o acréscimo de quinze mil euros. -----

Sr. Presidente da Junta – Explicou que, no ano anterior, quando foi feito o orçamento tinha sido prevista a receita da Câmara Municipal, partindo do pressuposto que essa receita entraria para algumas rubricas. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha feito um conjunto de Protocolos e que não havia coincidência exata das rubricas previstas. Exemplificou com a rubrica Estudos e Projetos, disse que o Protocolo celebrado com a Câmara Municipal previa a elaboração da Carta de Equipamentos Sociais para o Concelho, que essa verba era atribuída para a Junta de Freguesia disponibilizar um técnico para colaborar no levantamento e construção do referido documento. Quanto à rúbrica Passeio Convívio, informou que a Junta tinha orçamentado o valor de dezasseis mil e quinhentos euros, no entanto, a Câmara Municipal decidiu apoiar com sete mil e quinhentos euros a iniciativa, pelo que esta verba tinha que ser afeta à rúbrica correspondente. Relativamente à rúbrica Edifício Sede, informou que o acréscimo de sete mil e quinhentos euros será para despesa de capital, estando destinada para a resolução dos problemas de humidade no Centro de Convívio da Terceira Idade. Por último, sobre a rúbrica Outras Intervenções Arruamentos e Obras Complementares, explicou que uma parte do valor atribuído pela Câmara para as Festas de Verão previa alguma despesa de capital, pelo que, esta receita foi afeta à rúbrica referida, por não estar prevista uma rúbrica específica para despesa de capital na Festa da Bifana. Terminou indicando o valor final do orçamento, somando o acréscimo de quarenta e dois mil e quinhentos euros de receita. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra e solicitou esclarecimento sobre a verba protocolada de sete mil e quinhentos euros, atribuída pela Câmara Municipal, tendo questionado se o Protocolo previa especificamente o evento, ou passeio, ou o local, Barcelos, Ovar ou outro, a que se destinava a verba atribuída. -----

Sr. Presidente da Junta – Informou que o Protocolo celebrado com a Câmara Municipal não definia a atividade específica ou o local a que se destinava a verba atribuída. Acrescentou, para que ficasse claro, que os utentes do Centro de Dia pagavam o Passeio Convívio, tendo exemplificado com o Passeio a Ovar, e que a Junta de Freguesia comparticipava pontualmente algumas despesas nesse âmbito. Esclareceu, ainda, que era do conhecimento do Sr. Representante do PSD, que o grosso da despesa dessa rúbrica refletia o Passeio Convívio Anual da Terceira Idade, este ano, a Barcelos. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento: -----

- Ponto 3.1. - Discussão e Votação da 2ª Revisão Orçamental para o ano financeiro de 2018, a qual foi Aprovada por Unanimidade. -----

Ponto 3.2 – Apreciação e Votação das Atas: Ata N.º 02/2018; Ata N.º 03/2018; e Ata n.º 04/2018.

Sr. Presidente da Mesa – Previamente informou que só procedia à votação quem tinha estado presente nas respetivas reuniões de Assembleia de Freguesia e colocou à votação os seguintes documentos:

Ata n.º 02/2018 - Aprovada por Unanimidade dos presentes. -----

Ata n.º 03/2018 - Aprovada por Unanimidade dos presentes. -----

Ata n.º 04/2018 - Aprovada por Unanimidade dos presentes. -----

Ponto 3.3 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta. (doc. 13 que se anexa apenas no original)

Não existiram inscrições para intervenção por parte dos Srs. Representantes. -----

Sra. Tatiana Alexandra Lopes da Cunha, Secretária – Leu em voz alta a minuta da ata desta sessão ordinária (doc. 14), na presença simultânea de todos, a qual foi **Aprovada por Unanimidade** dos presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Agradeceu a presença de todos e sendo vinte e três horas e vinte minutos deu por encerrada esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por ele ser assinada e por mim, que a subscrevi. -----

O Presidente, António Miguel de Castro Fernandes

A Assistente Técnica, João Luís Afonso de Jesus Pereira